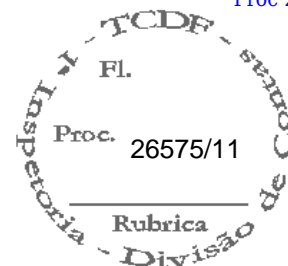




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
Divisão de Contas



**PROCESSO Nº 26575/11**

**APENSO Nº 010.001.618/06**

**INFORMAÇÃO Nº 359/11**

**ORIGEM: Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal - SEOPS**

**INTERESSADO: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF**

**ASSUNTO: Tomada de Contas Especial - TCE**

**VALORES ENVOLVIDOS: R\$ 6.748,82 (valor original do prejuízo apurado)**

**EMENTA: TCE instaurada pela SUTCE/SEOPS, em atendimento à Decisão nº 3186/01, para apurar a existência de irregularidade na concessão e pagamento de indenização de transporte na passagem para a inatividade de militar do CBMDF. Pela citação do responsável. Pela audiência dos gestores responsáveis pela concessão.**

Senhor Diretor,

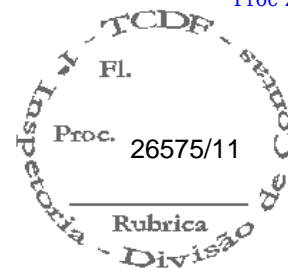
Tratam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE, instaurada pelo Governador do Distrito Federal e conduzida pela Subsecretaria de Tomada de Contas Especial – SUTCE da então Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal – SEOPS, em atendimento ao item II, alínea 'a', da Decisão nº 3186/01, para apurar a existência de irregularidade na concessão e pagamento de indenização de transporte na passagem à inatividade do CBM RRM Francisco de Souza Rocha.

## **DOS PRAZOS**

2. O Excelentíssimo Sr. Governador do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 28.156/07 (fl. 31 do apenso), instaurou a presente TCE em 25/7/2007, sendo o fato, com atraso de 1 (um) dia, comunicado a esta Corte em 31/7/2007, por meio do Ofício nº 2861/07 (fl. 1), em cumprimento ao disposto no § 7º do art. 1º da Resolução nº 102/98. Entendemos que o Tribunal deva relevar o citado atraso, haja vista sua inexpressividade.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
Divisão de Contas



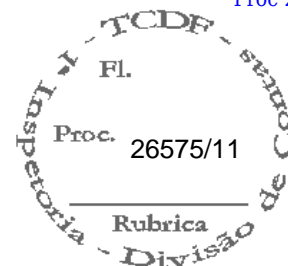
3. Relativamente aos prazos previstos nos arts. 8º e 9º da Resolução nº 102/98, vale destacar que o seu acompanhamento ocorreu no bojo do Processo nº 27907/2007.

## **DOS ELEMENTOS CONSTITUINTES**

4. A presente TCE encontra-se constituída dos elementos integrantes a que se refere o art. 3º da Resolução TCDF nº 102/98.

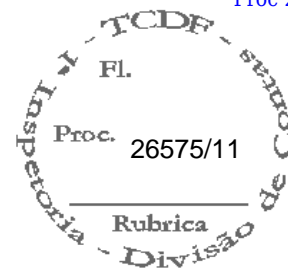
## **DOS FATOS**

5. Os autos noticiam que, pela Decisão nº 3186/01, esta Corte determinou a instauração de TCE para apurar a extensão das irregularidades constatadas na concessão e pagamento de indenização de transporte a militares do CBMDF que passaram à inatividade, no período de 1996 a 2000. Em abril de 2002, foi constituído o Processo nº 010.000.333/2002 que, posteriormente, foi desmembrado em diversos outros feitos, com vistas à redução da complexidade do processo original que se referia a diversos militares. Nesse sentido, esta TCE apura, exclusivamente, a existência de irregularidades na concessão e pagamento de R\$ 6.748,82 concedidos, em outubro de 1996, ao cabo CBM RRm Francisco de Souza Rocha, a título de indenização de transporte na sua passagem à inatividade (fl. 67/68 e 71 do apenso).
6. A indenização de transporte é a importância em dinheiro paga ao militar para realização do transporte de pessoal e bagagem a que tem direito, para si, seus dependentes e um empregado doméstico.
7. A CTCE (fls. 170/178 do apenso), após solicitar a documentação presente nos autos e analisar a defesa prévia apresentada pelo militar, concluiu suas apurações, nos seguintes termos:



*“Ante o exposto e tendo assim colhido os dados suficientes para formar juízo tranqüilo sobre os fatos e as irregularidades em apuração, e com base nos artigos 186 e 927 do Código Civil Brasileiro, a presente Comissão Tomadora, à unanimidade, encerra seus trabalhos resolvendo:*

- a) **Imputar ao militar Francisco de Souza Rocha, matrícula nº 01852-X, a responsabilidade civil** pelo ressarcimento a ser feito ao Erário Distrital, no valor atualizado de **R\$ 16.141,87 (dezesseis mil cento e quarenta e um reais e oitenta e sete centavos)**, decorrente da utilização indevida dos recursos provenientes da Indenização de Transporte, conforme requerimento assinado pelo militar em questão (fl. 57), para custear a transferência domiciliar, para a cidade de Picos/PI, quando da passagem para a inatividade, situação essa que não foi comprovada nos autos desse processo, cabendo ao mesmo a devolução integral dos recursos concedidos na forma de indenização de transporte”.
- b) Sugerir **aplicação de MULTA**, em conformidade com o Art. 57, II, da Lei Complementar nº 01/1994 c/c o Art. 182, II, da Resolução nº 38/1990, ao militar **José Rajão Filho, matrícula nº 046-9**, Comandante Geral do CBMDF à época dos fatos, pela conduta omissiva mencionada no item 3.1.2 deste relatório;
- c) Sugerir **aplicação de MULTA**, com fulcro no Art. 57, II, da Lei Complementar nº 01/1994 c/c o Art. 182, I, da Resolução nº 38/1990, ao militar **Sérgio Apolônio da Silva, matrícula nº. 02596-8**, Diretor da Diretoria de Inativos e Pensionistas – DIP do CBMDF à época dos fatos, pela conduta omissiva mencionada no item 3.1.2 deste relatório;
- d) Sugerir, pelos motivos expostos neste relatório, a **instauração de procedimento disciplinar**, seja ele sindicância ou inquérito administrativo, no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do DF, para apurar a responsabilidade administrativa decorrente da



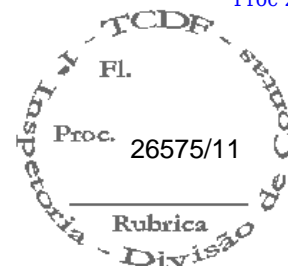
*conduta omissiva dos militares **José Rajão Filho, matrícula nº 046-9, e Sérgio Apolônio da Silva, matrícula nº. 02596-8**, que, à época dos fatos, ocupavam os cargos de Comandante Geral e de Diretor da DIP, respectivamente;*

- e) Sugerir, pelos motivos expostos neste relatório, a **instauração de procedimento disciplinar**, seja ele sindicância ou inquérito administrativo, no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do DF, para apurar a responsabilidade administrativa decorrente do descumprimento das normas legais pelo militar, **Francisco de Souza Rocha, matrícula nº 01852-X**; (...) (Grifo original)*

8. Na mesma linha de pensamento, por meio do Relatório de Auditoria nº 134/2011 - CONTROLADORIA (fls. 194/200 do apenso), o controle interno concluiu pela irregularidade das contas do militar.

## DA ANÁLISE

9. Concordamos com o posicionamento da SUTCE/STC e do controle interno pela responsabilização do indigitado quanto ao prejuízo apurado, pelos motivos a seguir expostos.
10. A documentação apresentada pelo militar para obter o benefício não comprova a efetiva mudança de domicílio, tendo em conta os achados da Auditoria de Regularidade nº 12/2000 (Processo nº 394/00), que, mediante a Decisão nº 3186/01, deu origem à presente TCE, ao apontar que diversos militares da amostra solicitaram mudança para cidades da Região Norte do Brasil, sem atrativos conhecidos, somente por se tratar de lugar distante, o que implicaria maior valor de indenização a perceber. Dessa forma, os documentos apresentados pelo militar, ao tempo da solicitação do benefício, não comprovam a efetiva transferência de domicílio, conforme exigido pela norma de regência. São



eles<sup>1</sup>: i) contrato de locação de imóvel em Picos/PI (fls. 59/60 do apenso), ii) documento de propriedade de veículo (fls. 59/60 do apenso), iii) comprovante de conta no Banco do Brasil (fl. 64 do apenso), e iv) declaração de dependentes emitida pelo CBMDF (fl. 66 do apenso).

11. Portanto, considerando as conclusões da Auditoria de Regularidade nº 12/2000 (Processo nº 394/00), bem como a ausência de comprovação da efetiva mudança de domicílio do militar para Picos/PI, entendemos que houve prejuízo ao erário pelo recebimento indevido de indenização de transporte. Todavia, não existe nos autos documentos que comprovem que houve dolo na conduta do militar, tais como apresentação de documentos falsos ou produzidos com o intuito de simulação da transferência, nem confissão em depoimento da intenção de produzir documentos, sem efetivar a mudança.
12. Em consequência, a teor do que prescreve o art. 1º, inciso II, alínea 'a', da Emenda Regimental nº 13/2003, deverá incidir, no presente caso, atualização monetária a partir da data da concessão da indenização de transporte, qual seja, o dia 12 de novembro de 1996 (fl. 71 do apenso). O valor do débito foi calculado pelo sistema de Atualização Monetária desta Corte, em 06/12/2011, resultando num montante de R\$ 16.141,87 (fl. 05).
13. Quanto aos efeitos administrativos disciplinares e penais, entendemos que a matéria não compete ao TCDF. Quanto à aplicação de multa aos gestores que concederam a indenização, bem como inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, até o momento esta Divisão encaminhou suas sugestões no sentido do descabimento da aplicação dessas penalidades, tendo em vista o transcurso de mais de 10 anos da realização do ato, o que tornaria nulo seu efeito pedagógico. Todavia, tendo em vista os precedentes dessa Corte de Contas (Decisões n.º 2646/11, 4568/11, 4569/11 e 4570/11), no

---

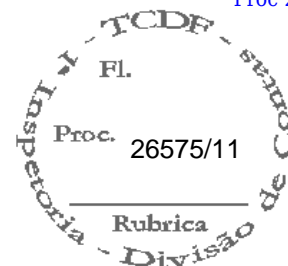
1 - Não há falar em documentação referente ao transporte de empregado doméstico, haja vista que o militar não requereu o uso deste benefício.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO

Divisão de Contas



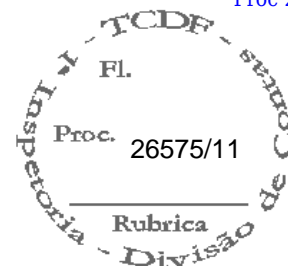
sentido da responsabilização dos responsáveis pela concessão da indenização em casos idênticos, sugeriremos a audiência dos militares José Rajão Filho e Sérgio Apolônio da Silva, Comandante Geral e Diretor de Inativos e Pensionistas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF à época dos fatos narrados nos autos, para apresentação das razões de justificativa frente à conduta omissiva identificada, tendo em conta a possibilidade de aplicação da multa, prevista no art. 57, incisos II e III, da LC nº 1/94, e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, prevista no art. 60 da LC nº 1/94.

## **DA CONCLUSÃO**

14. Tendo em vista o exarado, entendemos que o TCDF deve, nos termos do art. 13, II, da LC nº 1/94, ordenar a citação do militar Francisco de Souza Rocha para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar alegações de defesa quanto ao percebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade, que enseja o julgamento de suas contas como irregulares, recaindo sobre si a responsabilidade de ressarcir ao erário o valor do débito atualizado no total de R\$ 16.141,87 (apurado em 06/12/2011). Além disso, tendo em vista a conduta omissiva apurada nos autos, nos termos do art. 13, III, do citado diploma legal, deve-se determinar a audiência do militares citado no parágrafo 13 para apresentação das razões de justificativa frente à conduta omissiva identificada, tendo em conta a possibilidade de aplicação da multa, prevista no art. 57, incisos II e III, da LC nº 1/94, e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, prevista no art. 60 da LC nº 1/94.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO  
Divisão de Contas



## **DAS PROPOSIÇÕES**

Ante o exposto sugerimos ao Egrégio Plenário que:

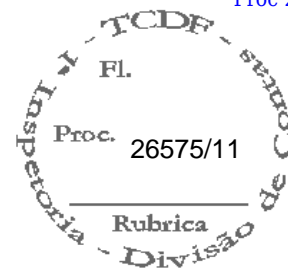
- I. tome conhecimento da presente tomada de contas especial – TCE, objeto do Processo nº 010.001.618/2006;
- II. releve o atraso apontado na instrução;
- III. nos termos do art. 13, inciso II, da LC nº 1/94, ordene a citação do militar Francisco de Souza Rocha para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa quanto ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade, que enseja o julgamento de suas contas como irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas "b" e "d", recaiando sobre si a responsabilidade de ressarcir ao erário o valor do débito atualizado no total de R\$ 16.141,87, apurado em 06/12/2011;
- IV. determine a audiência dos militares José Rajão Filho e Sérgio Apolônio da Silva, Comandante Geral e Diretor de Inativos e Pensionistas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF à época dos fatos narrados nos autos, para apresentação das razões de justificativa frente à conduta omissiva identificada, tendo em conta a possibilidade de aplicação da multa, prevista no art. 57, incisos II e III, da LC nº 1/94, e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, prevista no art. 60 da LC nº 1/94;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO

Divisão de Contas



- V. autorize o retorno dos autos à 1ª ICE para as providências pertinentes.

Brasília-DF, 06 de dezembro de 2011.

À superior consideração.

**MIGUEL DUARTE FILHO**

Auditor de Controle Externo

*DE ACORDO.*

*À CONSIDERAÇÃO DO SENHOR INSPETOR.*

*Em,*

***Valter Formiga Albuquerque***

*Diretor da Divisão de Contas/1ª ICE*